

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

FRANCISCO SÁVIO DA SILVA

**EXPERIÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS
HISTÓRICOS NA PARAÍBA - BRASIL**

**JOÃO PESSOA - PB
2017**

FRANCISCO SÁVIO DA SILVA

**EXPERIÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E A DIGITALIZAÇÃO DE
DOCUMENTOS HISTÓRICOS NA PARAÍBA - BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Graduação em
Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito obrigatório para a obtenção do grau de
Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em 13/12/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Profa. Dra. Eliane Bezerra Paiva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586e Silva, Francisco Sávio da.

Experiências arquivísticas e a digitalização de documentos históricos na Paraíba - Brasil / Francisco Sávio da Silva. – João Pessoa, 2018.
25f.

Orientador(a): Prof^o Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1. Digitalização. 2. Documentos Arquivísticos. 3. Acervos Digitais. I.
Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:930.25(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do
CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)

EXPERIÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS NA PARAÍBA - BRASIL

RESUMO: A digitalização facilita o acesso a documentos em formato digital, tanto por pesquisadores como pela sociedade civil. Essa estratégia de difusão e democratização da informação é também uma forma de preservação. A partir destas perspectivas, apresentamos resultados de dois projetos de extensão realizados em parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), da Universidade Federal da Paraíba, Brasil; *Vanderbilt University*, Estados Unidos; e, *British Library*, Inglaterra. *EAP 627 – Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica dos séculos XVII ao XIX em São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil*; e, *EAP 853: Documentos ameaçados: Criando um Arquivo Digital do século XVIII e XIX de registros criminais e de notas, em Mamanguape, São João do Cariri, e João Pessoa, Paraíba, Brasil*, digitalizaram fontes eclesiástica, notarial e criminal dos séculos XVII ao XX, no estado da Paraíba. Quanto ao processo metodológico, essa pesquisa se caracteriza de natureza bibliográfica, realizando um estudo de caso, ao envolver uma observação mais focada em dois projetos de extensão, assim como também uma pesquisa de cunho exploratório, e como campo de pesquisa utilizaremos arquivos em São João do Cariri, Mamanguape e João Pessoa. Como resultado, além da criação de um acervo digital com mais de 230 mil imagens, contribuem como recurso metodológico, necessário para um ensino mais dinâmico e interativo entre o aluno e o conhecimento direto que o documento proporciona, permitindo que o discente desenvolva sua capacidade de formular suas próprias opiniões, construindo assim, seus posicionamentos críticos diante do conhecimento, gerando uma consciência coletiva sobre a importância dos documentos na construção de sua história e identidade, e que sua preservação é fundamental para que cada vez mais busquemos uma formação crítica e cidadã.

Palavras-chave: Digitalização. Documentos Arquivísticos. Acervos Digitais.

ARQUIVISTIC EXPERIENCES FROM THE DIGITIZATION OF HISTORICAL DOCUMENTS IN PARAÍBA - BRAZIL

ABSTRACT: Digitization facilitates access to documents in digital format, both by researchers and by civil society. This strategy of diffusion and democratization of information is also a form of preservation. From these perspectives, we present the results of two extension projects carried out in partnership between the Afro-Brazilian and Indigenous Studies and Research Center (NEABI), Federal University of Paraíba, Brazil; *Vanderbilt University*, USA; and, *British Library*, England. *EAP 627: Digitising endangered seventeenth to nineteenth century secular and ecclesiastical sources in São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brazil*; and *EAP 853: Creating a digital archive of eighteenth- and nineteenth-century criminal and notarial records in Mamanguape, São João do Cariri, and João Pessoa, Paraíba, Brazil*, digitized ecclesiastical, notarial, and criminal sources of the seventeenth century to XX, in the state of Paraíba. As for the methodological process, this research is characterized by a bibliographical nature, carrying out a case study, involving a more focused observation in two extension projects, as well as an exploratory research, and as a field of research we will use archives in São João do Cariri, Mamanguape and João Pessoa. As a result, besides the creation of a digital collection with more than 230,000 images, contribute as a methodological resource, necessary for a more dynamic and interactive teaching between the student and the direct knowledge that the document provides, allowing the student to develop ability to formulate their own opinions, thus

constructing their critical positions on knowledge, generating a collective awareness of the importance of documents in the construction of their history and identity, and that their preservation is fundamental for us to increasingly seek a critical and citizenship.

Keywords: Scanning. Archives. Digital collections.

1 INTRODUÇÃO

Os documentos são requisitos fundamentais para a produção e sistematização do conhecimento histórico. Entretanto, durante muito tempo, os espaços físicos dos arquivos foram os únicos locais para pesquisas em fontes primárias¹. Neste modelo, o acesso era limitado, com dificuldades relacionadas à distância.

Com o advento da internet, o acesso aos acervos das instituições arquivísticas foi ampliado. Sendo assim, na atualidade é necessário problematizar, discutir propostas e analisar experiências que dizem respeito ao acesso à informação e preservação da memória nestas instituições.

O processo de disseminação cultural e científica da informação tem avançado consideravelmente nos últimos anos, tendo os acervos digitais relevância na difusão do patrimônio documental arquivístico, democratizando o acesso aos registros dos fenômenos culturais, econômicos e sociais.

O uso dos acervos digitais para a disseminação da informação, seja para fins sociais, como as atividades de Ação Cultural (COELHO, 1989), Difusão Cultural (BELLOTTO, 1991) e Educação Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), ou acadêmicos, enquanto fenômeno sócio-histórico de investigação científica, vem acompanhado de uma perspectiva de preservação da memória junto aos arquivos nas diferentes fases - corrente, intermediário e permanente - da vida de um documento, propiciando uma maior relação entre as Instituições e a sociedade, contribuindo com diálogos plurais e significativos para a temática Arquivística.

A partir do contexto acima exposto, o presente artigo terá como cerne relatar a experiência de pesquisa em digitalização de documentos arquivísticos no contexto dos projetos acadêmicos, *EAP 627 – Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e*

¹ As autoras Lakatos e Marconi (1992, p. 43) conceituam documentos de fontes primárias como “[...] aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações”.

eclesiástica dos séculos XVII ao XIX em São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil; e, EAP 853: Documentos ameaçados: Criando um Arquivo Digital do século XVIII e XIX de registros criminais e de notas, em Mamanguape, São João do Cariri, e João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Quanto ao processo metodológico, essa pesquisa se caracteriza de natureza bibliográfica, ao buscarmos a construção do embasamento teórico científico necessário para traçarmos as relações entre os conceitos e questionamentos a serem feitos durante o processo investigativo, especialmente nas áreas da Arquivologia, Ciência da Informação e História. Como delineamento metodológico de investigação utilizamos o estudo de caso do tipo descritivo, ao envolver uma observação mais focada em dois projetos de extensão, com o intuito de compreendê-los de forma mais detalhada. Ademais, é caracterizada como estudo exploratório, e como campo de pesquisa, utilizaremos arquivos em João Pessoa, em São João do Cariri, e, em Mamanguape.

Diante do exposto e com vistas a realizar nossa pesquisa, questionamos: como se deram os processos de pesquisa e de digitalização de fontes eclesiástica, notarial e criminal dos séculos XVII ao XX, em São João do Cariri, Mamanguape e João Pessoa, estado da Paraíba?

Aqui cabe salientar que o objetivo geral é relatar os processos de digitalização de fontes eclesiástica, notarial e criminal dos séculos XVII ao XX, em São João do Cariri, Mamanguape e João Pessoa, estado da Paraíba. Especificamente, buscou-se quantificar a documentação digitalizada, descrever o trabalho técnico metodológico utilizado, e, exemplificar trabalhos acadêmicos construídos a partir dos acervos digitais criados.

A inquietação pela temática exposta neste trabalho está ancorada, num contexto pessoal, pela experiência em prática extensionista, como bolsista nos dois projetos aqui destacados. Num âmbito social e científico, este trabalho se torna relevante na medida que apresenta os procedimentos técnicos e metodológicos utilizados em ambientes de extensão universitária, destacando a possibilidade da captação de recursos financeiros em outras Instituições, inclusive de outros países. Também contribui para compreensão das práticas interdisciplinares visto que articula aparatos teóricos e metodológicos da Ciência da Informação, da Arquivologia e da História, no intuito investigar práticas científicas para salvar e disponibilizar na internet acervos digitais que revelam elementos da memória paraibana.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto ao processo metodológico de realização desta pesquisa, ela se caracteriza como bibliográfica, ao buscarmos a construção do referencial teórico, para verificar o que já havia sido escrito sobre o tema, e utilizando como fontes os livros, artigos científicos, dissertações e teses das áreas de Arquivologia, Ciência da Informação, História, entre outras. Outrossim, Gil (2002, p. 45) diz que a pesquisa bibliográfica “[...] reside no fato de permitir ao investigador abarcar uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Nessa etapa, as leituras foram direcionadas na problematização da temática do estudo, entrelaçando com os conceitos de informação, memória, documento, arquivos, patrimônio, acervos digitais, extensão universitária, entre outras categorias conceituais relevantes para este estudo.

Utilizamos o estudo de caso do tipo descritivo, ao possibilitar, a descrição de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real, que, na opinião de Yin (2005), é uma importante estratégia metodológica para a pesquisa científica, pois permite ao pesquisador um aprofundamento em relação ao objeto de estudo. Além disso, é caracterizada como estudo exploratório, com o intuito de “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2010, p. 27).

Como campo de pesquisa utilizaremos, em João Pessoa, os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, e, do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto; em São João do Cariri, os arquivos da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, e, do Fórum Nivaldo Farias Brito; e, em Mamanguape, o arquivo do Fórum Desembargador Miguel Levino Oliveira Ramos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em relação aos conceitos bases desta pesquisa, utiliza-se definição de informação a partir dos trabalhos referenciais de autores como Zeman (1970) e Pacheco (1995), que a identificam como uma porção materializada do conhecimento, resultante da ação intencional humana, no registro, arquivamento e difusão dessas ações, e acrescenta-se a ideia de

Marteleteo (2002), ao relacionar informação às interações sociais, configuradas pelas representações dos sujeitos inseridos em espaços institucionais. Em outras palavras, Pacheco (1995, p. 21), considera que ela:

foi criada num tempo, espaço e formas específicas, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato, ela pode ser utilizada num contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo portanto passível de recontextualização.

A informação foi e é uma forma de poder (RUSSELL, 1979; CASTELLS, 1999; ROUSSEAU, 1999), está diretamente ligada a questões sociais, não sendo possível seu acesso a todos, somando-se a dificuldade do uso para efeitos científicos. Em vista disso, Silva, Sousa e Pacheco (2016), dissertam sobre a importância dos documentos enquanto fontes para pesquisas, problematizando os espaços e tempo com as ações humanas praticadas e registradas em variados suportes, e destacam a importância das tecnologias, em especial a digitalização, acrescentando que:

As informações registradas em *corpus documental* são de importância significativa para contar a história de um povo. Porém, existe a dificuldade de acesso dos pesquisadores a esses documentos, o que nos leva a buscar meios de disponibilizá-los de maneira mais simples e democrática. É no âmbito do debate sobre a democratização de fontes documentais que surge o processo de digitalização, que vem se tornando um instrumento fundamental para a disseminação das informações de forma universal (SILVA; SOUSA; PACHECO, 2016, p. 30).

Os registros que constituem os *corpus* documentais, coadunam com o conceito de memória coletiva construído por Halbwachs (1990). O autor supracitado destaca a memória como possibilidade de construção, no presente, de fatos passados que trazem significados para um determinado grupo. Ao discutir sobre a construção da memória, Castro (2008, p. 20) afirma que “na memória “preservada” como de interesse histórico há sempre a intervenção de pessoas que fazem e determinam aquilo que é (e o que não é) relevante para ser guardado, e aquilo que deve ser descartado”. Contextualizando as palavras do autor, pode-se afirmar que o documento quando é preservado, é porque alguém determinou que ele reproduz algo que deve ser lembrado, agregando valor de memória, mas ao mesmo tempo de poder. Partindo do pressuposto de que a informação pode ser entendida a partir do seu registro em variados suportes, Schellenberger (2012) define documento como:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos

legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERGER, 2012, p. 41).

Sobre a importância dos documentos num âmbito administrativo, Indolfo (2007, p. 29) enfatiza o complexo entendimento sobre eles, mencionando que “o documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes” A mesma autora, destaca ainda que os documentos serviram tanto para a comprovação de direitos como também para o exercício do poder, conseqüentemente registrando a memória coletiva das diversas civilizações.

Os documentos históricos contemplados nesta pesquisa contém informações sobre a população negra na Paraíba, sendo reconhecidos como primordial para subsidiar pesquisas sobre a população afro-brasileira, como também sobre a história da Paraíba, em diversas temáticas e épocas. Karnal e Tatsch (2013) asseveram que,

O documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, analisado a partir do presente estabelecendo diálogo entre a subjetividade presente e subjetividade pretérita. Podemos supor que o grande limite da função do historiador seja o limite do documento. Dócil ao arbítrio absoluto, o documento é, igualmente, senhor de quem o quer submeter. Reafirmando seu senhorio dialético, criador/criatura, o documento, em si, torna-se uma personagem histórica, com a beleza da contradição e da imprevisibilidade, com as marcas do humano (KARNAL; TATSCH, 2013, p. 24).

Bellotto (2006, p. 277) ressalta a importância do arquivo para a construção da memória, afirmando que “retomando a montagem da memória de um órgão administrativo, não custa reiterar que sua espinha dorsal é o arquivo”. Assim como Paz et al (2004) argumentam que:

Sua importância está ligada a aspectos históricos, jurídicos e administrativos, detendo-se um pouco mais no aspecto administrativo, tornando-se importante por, representar a memória de um país, estado ou município (como guardião de documentos que contam o nascimento, o desenvolvimento e a extinção de órgãos), por preservar direitos e privilégios (guardando a documentação de funcionários, de contratos, convênios, etc.) e por constituir fonte de pesquisa para todos os ramos administrativos (relatórios, projetos, programação), enfim, toda a documentação que relata atividades já concluídas ou em andamento (PAZ ET AL, 2004, p. 90).

A cultura é, pois, segundo Marteleto (1994, p 115), “produto construído coletivamente pelos sujeitos sociais, através de suas ações e representações, as quais, num sentido moderno, são práticas de informação”, esta por sua vez, na qualidade da realidade material de ser

organizada em seus variados suportes (ZEMAN, 1970). Segundo Poulot (2009) também é definida como patrimônio, quando ressalta que:

[...] ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades (POULOT, 2009, p. 13).

A preservação de fontes históricas, como as notariais, criminais e eclesiásticas, possibilita o direito à memória, a proteção do patrimônio arquivístico e possibilita a produção do conhecimento científico. O acervo digital é utilizado para o desenvolvimento de pesquisas nos diferentes níveis de estudos superiores: graduação, mestrado e doutorado, mas também, na Educação Básica, proporcionando a elaboração de estudos que valorizem as múltiplas experiências e vivências sociais na sua ampla complexidade. Neste sentido Rousso (1996) entende as fontes como:

[...] todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, “virtuais” (contando, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) - e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado (ROUSSO, 1996, p. 2).

A relevância da informação no cenário administrativo e cultural, onde o volume de informação é cada vez maior e mais veloz, a necessidade de informação construiu nos últimos anos uma consciência da importância de sua preservação, bem como sua ampla distribuição e liberdade de acesso, neste contexto destacamos o pensamento de Castells (2003, p. 501) ao afirmar que a sociedade “está construída em torno de fluxos de capital, informação, imagens, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social, mas a expressão dos processos que dominam a vida econômica, política e simbólica”.

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação para disseminação da informação deve estar diretamente ligado a uma política pública de preservação da memória nos variados suportes, incluindo aqui as fontes orais, iconográficas, audiovisuais, entre outras, pois com o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais, fortalecimento da Pós-Graduação e consequente aumento de pesquisas, fontes documentais como os assentos

batismais, de óbitos e casamentos e inventários, são utilizadas, principalmente, por pesquisadores em temáticas envolvendo micro história (Ginzburg, 1987) e a chamada história vista de baixo (Sharpe, 1992). Partindo da perspectiva de uso universal, Silva, Pacheco e Alves, (2016) acrescentam que:

Documentos históricos podem ser trabalhados por diversas áreas, atuando em um sistema interdisciplinar, não restringindo-se às ciências humanas ou da informação. Por conseguinte, é notória, em algumas circunstâncias a dificuldade de acesso a essas fontes, inconveniente que vem sendo superado, principalmente, com a implementação de propostas para preservação e digitalização documental, as quais possibilitam o contato com as informações, sem, no entanto, danificá-las ou ter a necessidade de deslocamentos de grandes distâncias por parte das/os pesquisadoras/es (SILVA; PACHECO; ALVES, 2016).

A partir da construção dos acervos digitais, se faz necessário publicitar aos interessados e pesquisadores, fomentar seu uso educacional e cultural pela sociedade civil, realização de educação do usuário, acompanhamento da produção científica, etc. Neste sentido, Ragazzini (2001), afirma que cabe ao pesquisador a tarefa de selecioná-las e interrogá-las.

A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Outrossim, enfatizando que a cooperação entre instituições de memória, universidades e sociedade é fator preponderante para a preservação do patrimônio arquivístico mundial, e ainda, salientar o trabalho técnico do arquivista em interação com outros profissionais, como os historiadores, através da cooperação técnica e financeira, para que se alcance o objetivo maior, que é preservar os documentos, que trazem em sua essência a memória e identidade de uma nação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os processos de digitalização de fontes eclesiástica, notarial e criminal dos séculos XVII ao XX, em São João do Cariri, Mamanguape e João Pessoa, estado da Paraíba, foram

realizados por meio de uma parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), da Universidade Federal da Paraíba, no Brasil; a *Vanderbilt University*, nos Estados Unidos; e *British Library*, na Inglaterra.

Os projetos *EAP 627* e *EAP 853* foram coordenados pela Prof^a. Dra. Courtney Campbell, da University of Birmingham, Inglaterra; pelo Prof^o. Dr. Marshall Eakin, da Vanderbilt University e pela Prof^a. Dra. Solange Rocha, do Departamento de História, da Universidade Federal da Paraíba, e supervisionados tecnicamente pela Prof^a. Pos-Doc. Maria da Vitória Lima.

4.1 O Processo Técnico Metodológico de Digitalização

A pesquisa-ação, como aparato metodológico se concretiza como processo técnico e acadêmico, em suas diversas variantes participativas, cooperativas e colaborativas, que são importantes para a conscientização do trabalho em parceria e a necessidade de um complexo e ativo movimento em prol dos Arquivos e de seu caráter administrativo, social e educativo. Nas palavras de Thiollent e Oliveira (2016):

Na pesquisa-ação existe ênfase na ação. As ações são discutidas, analisadas, deliberadas, decididas com pleno consenso ou não. São ações significativas para os atores em situação, com suas próprias formas de expressão e linguagens. São interpretadas pelos pesquisadores com base em diferentes referenciais. Além disso, são ações portadoras de aprendizagem e de conhecimento mútuo, com interações entre observadores e observados (THIOLLENT; OLIVEIRA, 2016, p. 358).

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa-ação, Baldissera (2001) enfatiza que é necessário haver interação entre os pesquisadores, e o método não deve se limitar apenas à ação, mas também potencializar o conhecimento dos sujeitos envolvidos, o nível de consciência dos pesquisadores e dos grupos que participam do processo, como também contribuir para o avanço de discussões e debates acerca das questões abordadas.

Em relação a extensão universitária, quanto ao seu conceito, os autores informam que está relacionado às suas características como ação científica, cultural, educativa e social, a exemplo de Silva (2002), que sintetiza a extensão como algo além da união entre a universidade e a sociedade, sendo a universidade uma realidade social e política, na qual expressa a sociedade a que pertence.

O conceito de extensão está ligado à função social da universidade, integrando o ensino e a pesquisa, permitindo o apoio à comunidade no enfrentamento dos problemas sociais, em respostas às suas demandas. Vidigal (2008), corrobora com essa perspectiva ao relacionar a extensão a um trabalho social e útil, com a intencionalidade de articular o ensino e a pesquisa para a atuação frente aos desafios e contradições da realidade social, afirmando que:

Entendemos que é na extensão universitária que a vocação pública das universidades se reforça e que se solidificam os laços com a sociedade e com os movimentos sociais que a compõem. A troca de saberes que se estabelece nessa interface é fundamentalmente democratizante, pois é fruto de relação entre atores de igual importância. Extensão sem universidade não tem fundamento, da mesma forma que sem sociedade civil não pode ser considerada como tal. Ela é um dos meios pelos quais acontece a troca entre os saberes produzidos dentro e fora dos muros acadêmicos (VIDIGAL, 2008, p. 14-15).

Essas ideias estão de conformidade com Paulo Freire (1980) que conceitua a extensão como uma situação educativa, em que educadores e educandos assumem o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto que desejam conhecer. Nas ideias de Silva (2002), problematizar o ensino, a pesquisa, e relacionar a universidade ao contexto regional e à realidade social, promovendo a troca de saberes com a atividade pedagógica, desenvolvendo uma metodologia de ação social na universidade.

Segundo Rocha e Lima (2016), o processo de digitalização segue uma sequência: 1) procura e seleção da documentação nos acervos; 2) identificação (necessidade de conhecimento de outras ciências como diplomática e paleografia); 3) acondicionamento; 4) higienização; 5) organização de forma adequada, criando um arranjo; 6) digitalização; e 7) resumir cada item documental, sintetizando os elementos necessários para a descrição, tais como identificar espécie\tipologia documental, autoria e cargos\títulos nobiliárquicos, destinação, assunto (dispositivo), datas-limite (cronológica) e data tópica, etc.

No processo de digitalização, são utilizados disparadores remotos que impedem que as imagens fiquem trêmulas, embaçadas e/ou ilegíveis, escala de cores RGB, (red, green, blue), régua para dimensionar o tamanho do documento, iluminação fria, mesa com superfície escura para contrastar com o documento, computadores e HD's externos para o armazenamento das imagens. Todas as páginas são digitalizadas, frente e verso, mesmo as páginas em branco, esquerda e direita, lombada, capa, verso da capa e contracapa.

Necessitando de equipamento e aparato técnico auxiliar específicos, neste processo de digitalização, é utilizado o recurso da fotografia digital, que devido à fragilidade dos documentos (observar Imagem 1), não é aconselhável a sua digitalização por scanner. Não é possível também montar um stand de cópia profissional, pois são utilizadas as dependências dos próprios arquivos. São utilizadas câmaras sempre direcionadas para baixo, diretamente acima do documento, acopladas a um tripé que cria estabilidade para a imagem.

Imagem 1: Digitalização de documento datado do século XVIII em São João do Cariri – PB.



Fonte: Extraído de David LaFevor², 2015. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/davidlafavor>

Previamente é realizada a higienização do acervo a ser digitalizado, que é um dos procedimentos mais significativos no processo de conservação de arquivos, pois a sujeira é o agente de deterioração que mais afeta os documentos. Esse procedimento também serve para observar outros fatores, como a falta de algumas folhas, objetos estranhos e ou até mesmo documentos de origem diferentes misturados.

Os formatos das imagens capturadas atendem tanto às orientações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) contidas na Resolução 31, como também às regras da *British Library*, que recomendam a captura de uma matriz no formato RAW, com a dimensão de 4000 x 3000 pixels, com profundidade de 24 bits por canal (RGB), gerando um arquivo não comprimido de, em média, 12 megapixels. Juntamente com esse arquivo, a câmara gera um arquivo em JPEG, com resolução mínima de 180 dpi. O mesmo arquivo em RAW possibilita, ainda, a criação de arquivos de alta resolução para armazenamento no formato TIFF.

² David LaFevor é professor da *University of Texas at Arlington* e responsável pela fotografia dos projetos EAP no Brasil, Cuba e Colômbia.

Por último, é realizada a revisão das imagens e a confecção de tabelas descritivas contendo informações essenciais, disponibilizadas junto com as imagens nas plataformas digitais, como tipologia, origem, estado de conservação e conteúdo do documento, dentre outras informações, que ajudam os pesquisadores, por exemplo, na seleção e delimitação de recorte temporal ou objeto de estudo.

Sem dúvidas, almejou-se a digitalização integral do documento, com todas as suas partes intactas, sobretudo pela importância desses dados para os pesquisadores. Todavia, nem sempre isso foi possível, por serem muito antigos e por estarem acondicionados de forma inapropriada em estantes juntamente com outros objetos, amontoados em sacos plásticos, próximo a pontos de umidade e longe dos profissionais capacitados para resguardá-los, não só os arquivistas e bibliotecários, como também os restauradores que poderiam contribuir com o processo de digitalização, minimizando os impactos para a documentação.

4.2.1 *Endangered Archives Programme (EAP)*

O contexto onde a pesquisa sobre os processos de digitalização ocorreram foram financiados pela *British Library*, por meio do programa *Endangered Archives Programme (EAP)*³, cujo objetivo é contribuir para a preservação de documentos que estão em perigo de desaparecer por negligência ou deterioração física. A documentação original não sai do país de origem, exceto em casos excepcionais quando é necessário fazê-lo temporariamente para fins específicos de conservação ou cópia. Os equipamentos utilizados na digitalização permanecem no país do projeto no final da concessão para uso futuro.

Além de documentos manuscritos e impressos, o *Endangered Archives Programme* tem financiado projetos que trabalham na perspectiva de preservação de áudio de línguas ou dialetos próximos de extinção, principalmente na África, além de outros formatos, como por exemplo, as 1296 horas de gravações dos programas da Rádio *Golha*⁴, no Irã (*Flowers of Persian Song and Music*), gravados entre 1956 e 1979, e pinturas rupestres das montanhas *Tadrart Acacus*⁵, no sudoeste da Líbia.

³ Mais informações em: <http://eap.bl.uk>

⁴ Mais informações em: <http://sounds.bl.uk/World-and-traditional-music/The-Golha-radio-programmes>

⁵ Mais informações em: http://eap.bl.uk/database/overview_project.a4d?projID=EAP265

O *Endangered Archives Programme* tem parceria com a *Arcadia*⁶, um fundo financeiro que colabora com projetos de preservação da memória em diferentes segmentos em todo o planeta. Apóia instituições que preservam o patrimônio cultural e o meio ambiente, que promovem o acesso aberto e os financiamentos são concedidos com a condição de que todos os materiais produzidos sejam disponibilizados gratuitamente na internet.

4.2.2 Vanderbilt University

No Brasil, a digitalização têm o apoio técnico da *Vanderbilt University*, através do programa *Ecclesiastical and Secular Sources for Slave Societies*⁷, que preserva digitalmente documentos ameaçados de extinção relacionados a africanos e povos afrodescendentes nas Américas. Este programa foi lançado em 2003 através de investimentos da *Collaborative Research Grant*⁸ e da *National Endowment for the Humanities*⁹, através do *Protecting Our Cultural Heritage*¹⁰.

Inicialmente realizaram o projeto *Diocese of St. Augustine: Spanish Florida: the ecclesiastical documents of the Diocese of St. Augustine*, na Flórida, EUA, digitalizando principalmente documentos eclesiásticos. A partir de 2007, os subsídios do *British Library* permitiram que o programa *Ecclesiastical and Secular Sources for Slave Societies (ESSSS)* se expandisse para outros países, isso fez com que fossem realizados projetos em Cuba, Colômbia e Brasil.

4.2.3 Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba vem realizando diversos projetos envolvendo ensino, extensão e pesquisa com relação à preservação da memória da população negra brasileira em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Ainda, tem por escopo

⁶ Mais informações em: <https://www.arcadiafund.org.uk>

⁷ Mais informações em: <http://www.vanderbilt.edu/esss>

⁸ Mais informações em: <https://www.neh.gov/grants/research/collaborative-research-grants>

⁹ Mais informações em: <https://www.neh.gov>

¹⁰ Mais informações em: <https://www.neh.gov/grants/protecting-our-cultural-heritage>

institucional o fortalecimento de atividades concernentes à valorização das identidades afro-brasileira e indígena, colaborando com a formação inicial e continuada de professores, elaborando materiais específicos sobre a temática afro-brasileira, contribuindo na condução de objetos de pesquisas e auxiliando, de forma direta ou indireta, os pesquisadores.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba, realiza diversos projetos envolvendo ensino, extensão e pesquisa com relação à preservação da memória da população negra brasileira. Coletivos acadêmicos como o NEABI têm por escopo institucional o fortalecimento de atividades concernentes à valorização das identidades afro-brasileira e indígena, colaborando com a formação inicial e continuada de professores, elaborando materiais específicos sobre a temática afro-brasileira, contribuindo na condução de objetos de pesquisas e auxiliando, de forma direta ou indireta, os pesquisadores. Todo esse processo de construção e concatenação do conhecimento sobre a população negra se inscreve na intenção de consolidar positivamente a história, a cultura e a identidade afro-brasileiras (SILVA; SOUSA; PACHECO, 2016, p. 31).

De acordo com Rocha e Lima (2016), o Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), foi fundado em 2011, e desde então tem desenvolvido projetos de pesquisa, extensão e ensino tendo com ponto central a temática racial, estimulando estudos, sistematizando documentos escritos e fotografias da população negra na Paraíba e registrando memórias e experiências históricas de lideranças negras nascidas no século XX a partir da gravação de vídeos-documentários.

As mesmas autoras (2016) mencionam que os projetos *EAP 627* e *EAP 853* mantêm uma política que promove a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, destacando sua relevância acadêmica, pois os mesmos estão em consonância com os Projetos Pedagógico dos Cursos de História e Arquivologia, no que concerne à preparação de mão de obra técnica na organização de acervos documentais, locais onde se encontram a matéria-prima – a fonte primária – do historiador/a

4.3 EAP 627: Fontes Históricas e Eclesiásticas

O primeiro projeto, *EAP 627 – Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica dos séculos XVII ao XIX em São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil*, foi realizado entre 2013 e 2015 e teve como objetivo a digitalização de fontes

secular e eclesiástica dos séculos XVII ao XIX, em São João do Cariri e João Pessoa, cidades localizadas no nordeste oriental do Brasil.

Teve como meta criar um acervo digital contendo os mais antigos e ameaçados registros históricos do estado da Paraíba e disponibilizá-lo na Internet, com acesso livre e irrestrito nas plataformas digitais da *Vanderbilt University* e da *British Library*. Foram utilizados 3 arquivos: 1) Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; 2) Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, em João Pessoa; e 3) Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri. Como resultado, foram digitalizados 262 volumes de documentos manuscritos e impressos, totalizando 82.890 imagens, já disponíveis nas plataformas digitais das Instituições parceiras.

No Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, foram selecionados 128 volumes manuscritos, datados de 1704 a 1889, organizados cronologicamente em onze séries: Registro de Sesmarias (1704-1824), Registro de Terras (1854-1865), Atos da Administração Central, Portugal e Brasil (1797-1856), Cartas Patentes (1776-1865), Atos do Governo da Paraíba (1823-1889), Prefeitura e Chefia de Polícia (1837-1871), Instrução Pública (1865-1889), Câmara Municipal e Assembleia Provincial (1830-1853), Tesouro Provincial (1837- 1875), Administração de Rendas (1841-1869) e Magistrados (1877-1886).

Esta coleção reúne documentos em formato de livro, manuscrito, escrito em língua portuguesa, do período colonial e imperial, sendo extremamente importante em informações que contribuem para estudos relacionados à escravidão, povos indígenas, miscigenação racial e cultural, elites políticas e econômicas, legislação, violência e educação.

No acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, foram selecionados 46 volumes de documentos manuscritos e impressos, compreendendo o período de 1660 a 1927, organizados em doze séries: Escrituras (1660-1665), Ordens Régias (1709-1821), Correspondência de Governo (1757-1824), Livros de Notas (1799-1861), Justiça (1688-1887), Emancipação de Escravos (1881-1884), Rendas e Transportes (1851-1918), Legislação Provincial e Constituição Estadual (1838-1892), Partido Político (1911-1920), Atlas Geográfico (1868-1909), Missais (1856-1873) e Documentos Coloniais, Imperiais e Republicanos (1781-1927).

Esta coleção reúne documentos em formato livro e avulso, manuscrito e impresso, sendo a maior parte da administração pública da ainda Província da Parahyba do Norte, que

compreende o período colonial, imperial e início do republicano, contendo ainda livros de geografia do final do século XIX e missais escritos em Latim.

No acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri, a documentação foi organizada em sete séries, datada de 1752 a 1931, num total de 54 volumes: Livro de Batismo, Casamento e Óbito (1752-1815), Batismos (1765-1928), Crisma (1778-1816), Casamento (1770-1927), Óbito (1786-1931), Finanças (1766-1861) e Filiação (1915-1917).

O acervo digital criado a partir dessa documentação já foi utilizado para construção de estudos, dos quais podemos citar, em nível de mestrado, a pesquisa intitulada “*Parentesco e Sociabilidades: Experiências de vida dos escravizados no Sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816*”, de Solange Mouzinho Alves¹¹, que teve como objetivo mostrar a população escravizada no sertão de São João do Cariri no período de 1752 a 1816, analisando a formação de parentescos e sociabilidades de mulheres, homens e crianças escravizados em suas experiências familiares, a partir de investigações de rituais da Igreja Católica, pesquisa essa fundamentada nas fontes documentais eclesiásticas.

Podemos citar ainda as dissertações de mestrado defendidas em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba: *Tecendo Redes, Construindo Laços de Solidariedade: A construção de famílias negras e a prática do compadrio no Cariri paraibano (São João do Cariri, 1850-1872)*, de Eduardo Queiróz Cavalcante¹², que discutiu a formação de famílias negras, as relações de compadrio e a morte de escravizados e libertos da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, nos anos de 1850 a 1872, em São João do Cariri.

Além trabalho intitulado *Diáspora Africana na Paraíba do Norte: Trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX*, de Matheus Silveira Guimarães¹³, que objetivou compreender como os africanos foram introduzidos na Paraíba e como essa população viveu na região, a partir de diversas fontes como relatórios e correspondências de governadores e presidentes da Paraíba, inventários e testamentos, requerimentos de soltura, registros de batismo, cartas de alforria, dentre outras, nos aprofundamos nas questões propostas, abordando aspectos econômicos e sociais da região, indicando quais eram as principais rotas de importação e como se dava o cotidiano dos africanos.

¹¹ Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8090/2/arquivo%20total.pdf>

¹² Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8084/2/arquivo%20total.pdf>

¹³ Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8082/2/arquivo%20total.pdf>

Outros trabalhos já foram construídos através destes acervos digitais, tendo como temática, principalmente e não exclusivamente, a população afro-brasileira e suas relações sociais, como também buscou-se também a construção de material didático que pudesse ser usado em sala de aula, no nível fundamental e médio, enriquecendo o ensino da História, Geografia, Português, entre outras Ciências, em especial da Paraíba.

Nos últimos anos têm surgido trabalhos que analisam as fontes documentais produzidas pelas Igrejas e preservadas nos seus arquivos. Como exemplo podemos citar a dissertação de mestrado de Cristian Santos, intitulada “*Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da igreja católica*”, no ano de 2005, para o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, onde foi realizado um estudo descritivo-explicativo sobre os arquivos das primeiras onze prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica¹⁴.

Cristian Santos (2005) citar outros trabalhos que utilizam as fontes documentais eclesiásticas como referenciais para a temática, como também utiliza a pesquisa realizada pela *Fundación MAPFRE*¹⁵ ano de 2000, que concluiu que os arquivos eclesiásticos detém um patrimônio documental arquivístico valioso, contendo informação pertinente não apenas a memória da Igreja Católica na América, como também para o estudo da sociedade, da economia e da cultura.

Todavia, em relação a Arquivística, recentemente as autoras Natália Bolfarini Tognoli e Elane Rodrigues da Silva Ferreira publicaram um artigo¹⁶ na Revista *Ágora* (2017, p. 7-28) intitulado “*Os Arquivos Eclesiásticos e a Arquivística brasileira: Uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos brasileiros*” analisando como a literatura científica da Arquivística brasileira aborda o tema dos arquivos eclesiásticos. Como resultado “observou-se que a temática recebe pouca atenção da comunidade científica da Arquivística no país, o que demonstra que a discussão sobre os estudos no âmbito dos arquivos eclesiásticos caminha a passos curtos” (TOGNOLI e FERREIRA, 2017, p. 8).

¹⁴ Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2228>

¹⁵ Mais informações em: <https://www.fundacionmapfre.org>

¹⁶ Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/614/pdf>

4.4 EAP 853: Fontes Criminais e Notariais

EAP 853: Documentos ameaçados: Criando um Arquivo Digital dos séculos XVIII e XIX de registros criminais e de notas, em Mamanguape, São João do Cariri, e João Pessoa, Paraíba, Brasil, teve o objetivo é digitalizar documentos notariais e criminais no estado da Paraíba, existentes no Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, em João Pessoa, no Fórum Desembargador Miguel Levino Oliveira Ramos, em Mamanguape e no Fórum Nivaldo Farias Brito, em São João do Cariri.

No arquivo do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, em João Pessoa, foram selecionados 276 itens documentais, totalizando 18.386 imagens. 31 itens documentais referentes a 1ª Vara Judicial, organizada nas séries: Inventários (1881-1900), Juízo Comercial (1867-1893) e Ações Criminais (1888-1893). Já na 2ª Vara Judicial, foram selecionados 245 itens documentais organizados nas séries: Inventários (1881-1900), Juízo De Órfãos (1874-1900), Juízo Comercial (1881-1900), Ação Criminal (1886).

Em São João do Cariri, no arquivo do Fórum Nivaldo Farias Brito, foram selecionados 896 itens documentais, todos são Inventários, que datam de 1782 até 1900, totalizando 74.036 imagens. Aqui a digitalização ocorreu como em todos os outros acervos, de forma improvisada na sala de audiências e ainda foi necessário que a equipe ficasse na cidade durante a semana inteira, visto que a ida e vinda diária não são possíveis.

Imagem 2: Processo de digitalização no Tribunal de Justiça da Paraíba.



Fonte: Extraído de Tribunal de Justiça da Paraíba, 2017. Disponível em: www.tjpb.jus.br/projeto-de-extensao-da-ufpb-produziu-acervo-digital-com-documentos-historicos-do-judiciario

Em relação ao Fórum Desembargador Miguel Levino Oliveira Ramos, em Mamanguape, a digitalização aconteceu, como pode ser visto na Imagem 2, nas dependências do Tribunal de Justiça, em João Pessoa, em virtude de uma reforma no prédio do Fórum. Foram digitalizados 771 itens, totalizando 56.722 imagens, tendo uma corte temporal de 1850-1918. Essa documentação foi organizada nas seguintes séries: Juízo Comercial (1866-1899), Juízo de Órfãos (1850-1898), Ações Criminais (1870-1908), Inventários (1857-1918) e Ações Cíveis (1863-1899).

Tendo Bacellar (2008, p. 28) como referência em uso de documentos, com seu texto *Fontes Documentais - Uso e mau uso dos Arquivos*, as fontes que podem ser encontradas nos arquivos do Poder Judiciário são os inventários, testamentos, processos cíveis e processos crimes. Já nos arquivos cartoriais encontramos os livros de notas e registro civil. O mesmo autor (2008, p. 36) comenta que “Os testamentos, preciosos registros das últimas vontades de um indivíduo, permitem que se penetre no mundo das crenças e das visões de mundo do homem do passado”, levando em consideração o contexto histórico de sua produção, período colonial ou imperial, podemos identificar a presença do sentimento religioso, e mais além:

[...] Os testamentos, [...], permitem que se penetre no mundo das crenças e das visões de mundo do homem do passado. Talvez a mais notável constatação a esse respeito tenha sido a grande mudança que as manifestações de religiosidade sofreram durante os últimos dois séculos, com a progressiva diminuição de pedidos e recomendações em prol da salvação da alma. Ao mesmo tempo, a análise das disposições de caráter religioso permite entrever as alterações na prática da fé, com a mudança dos santos aos quais se recorre e a variação na forma do discurso, entre outras análises possíveis (BACELLAR, 2008, p. 36).

Quanto aos inventários, registrava-se o patrimônio do falecido e como deveria ser repartido entre os herdeiros. Sua análise vem possibilitando a compreensão de como o patrimônio familiar era transmitido de uma geração para outra, por meio de *dotes*, *terça* e *legítima* transmitidos aos herdeiros (Bacellar, 2008, p. 37). Além disso, é possível estudar aspectos da escravidão no que se referem aos trabalhos executados pelos escravizados e observar a existência da família escrava bem como seu destino, separação ou não, no momento da partilha dos bens.

No que se refere aos processos crimes e cíveis, estas fontes apresentam-se como democráticas, pois possibilita identificarmos vários grupos sociais: do escravizado ao senhor, e possibilita a análise de vários assuntos, conforme nos orienta Bacellar (2008):

[...] São fontes preciosas para o entendimento das atividades mercantis, já que são recorrentes os autos de cobranças judiciais de dívidas e os papéis de contabilidade de negócios de grande e pequeno porte. A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade das populações do passado (BACELLAR, 2008, p. 37).

Existem muitos trabalhos que fizeram uso dessas fontes, para exemplificar no que se refere ao tema da escravidão, destacamos o livro *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, de Sidney Chalhoub, que analisou uma série de processos criminais, identificando a ação de vários escravizados na luta pela liberdade. Aos pesquisadores que se interessam por outros assuntos, esta documentação permite fazer um delineamento da criminalidade praticada em determinado espaço, como foi o caso de Boris Fausto, ao escrever *Crime e Cotidiano - A criminalidade em São Paulo, 1880-1924*, no qual “traça um impressionante perfil da criminalidade na São Paulo”, exemplificado por Bacellar (2008, p. 37).

A imagem 3 mostra o péssimo estado de acondicionamento dos documentos, no arquivo do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, em João Pessoa, na qual fica evidente a necessidade de uma nova infraestrutura, visto que é um espaço improvisado, com isso, muitos dos itens documentais digitalizados no EAP 853 foram encontrados no chão, molhados, amassados, em suma, abandonados.

Imagem 3: Arquivo do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, em João Pessoa.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Destaca-se que, o Judiciário Brasileiro dispõe de condições suficientes para uma gestão documental eficiente, o *Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do*

*Poder Judiciário (PRONAME)*¹⁷ e a Resolução N° 158, de 31 de Janeiro de 2017, que instituiu o *Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (PLANAME)*¹⁸ são bons exemplos, apesar disso, aponta-se questões importantes, como a não existência de um programa de preservação dos acervos judiciais no interior do país, visto que esses, em sua maioria, não recebem investimentos necessários na área de arquivos permanentes, preocupando-se tão somente na questão dos acervos correntes, com um percentual quase de 100% investido em tecnologia, enquanto que os acervos de caráter permanente encontram-se em estado de abandono. Bacellar (2008, p. 35) corrobora com essa realidade ao mencionar que “a importância dos arquivos judiciais para a pesquisa histórica é bastante evidente, apesar do descaso com que o Poder Judiciário insiste em tratar os acervos que acumulou ao longo dos séculos”.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Muitos dos acervos digitais reconhecidos mundialmente são financiados por entidades, que têm em seu escopo a democratização da informação e socialização de fontes documentais, mediante parcerias financeiras e técnicas, com vistas a garantir à sociedade o direito à memória e ampliar pesquisas sobre os diferentes momentos históricos.

A parceria entre essas Instituições para realização de projetos de difusão cultural, nos casos destacados neste estudo, a construção de acervos digitais, é um processo que leva tempo, pois exigem investimentos financeiros, programa de política de gestão documental, profissionais qualificados, etc. Porém, o acúmulo de importantes experiências, nos últimos anos, já tem permitido trabalhar com alguns parâmetros e direções no campo da digitalização de documentos históricos.

A utilização de fontes notariais, criminais e eclesiásticas integra movimento já consolidado em pesquisas acadêmicas, pois registram dados que oferecem ao pesquisador uma visão ampla da sociedade, assim preservando a memória histórica do estado da Paraíba e proporcionando a democratização de informação, visando uma sociedade com mais conhecimento de sua própria história.

¹⁷ Mais informações em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-proname>

¹⁸ Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-158.pdf>

Os acervos digitais criados já contribuíram com o desenvolvimento de pesquisas abordando a formação de redes de solidariedades e experiências familiares entre escravizados, livres e libertos nos séculos XVIII e XIX na região de São João do Cariri, como também a temática da diáspora africana na Paraíba do Norte, destacando temas como, tráfico, trabalho e sociabilidades no século XIX.

A extensão é compreendida como um fazer acadêmico mais criativo e que direciona para uma formação que se preocupa com os problemas contemporâneos, é aberto à produção de novos conhecimentos, novas práticas sociais e políticas, fortalecendo a teoria com as diversas realidades sociais, sendo possível ampliar currículos, estabelecer diálogos inter/trans disciplinares, institucionais e culturais, de estudantes e demais envolvidos.

É importante destacar a negligência dos órgãos gestores, com relação a organização e preservação dos acervos tidos históricos no estado da paraíba. A inexistência de uma política pública para os acervos que compõem toda infraestrutura administrativa do Estado e dos 223 municípios tem causado preocupação na sociedade civil com a possível perda de documentos históricos referente a Paraíba.

O resultado da má gestão em relação ao patrimônio documental arquivístico na Paraíba pode ser exemplificado pela pouca documentação encontrada nestes acervos, principalmente quando recuamos aos séculos XVII e XVI. Apesar de João Pessoa ser a terceira capital de estado mais antiga do país, fundada em 5 de agosto de 1585, fica claro que já foi perdida grande parte da história documentada do estado em decorrência do descaso por parte da administração pública, o que vem ocorrendo há décadas, pois a Paraíba não possui nem mesmo um Arquivo Público Estadual, que poderia está sendo utilizado para fomentar ações relacionadas a educação, cultura e a identidade paraibana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Solange Mouzinho. **Parentesco e Sociabilidades: Experiências de vida dos escravizados no Sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816.** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2015.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-76.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-Ação: Uma Metodologia do “Conhecer” e do “Agir” Coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, ago. 2001. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/570/510>>. Acesso em 06 jun. 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1991.

_____. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 01 abr. 2017.

_____. **Lei Nº 11.654 de 15 de abril de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11654.htm>. Acesso em: 01 abr. 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A internet e a sociedade em rede. In: MORAIS, Denis (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

CAVALCANTE, Eduardo Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a construção de famílias negras e a prática do compadrio no Cariri paraibano (São João do Cariri, 1850-1872)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2015.

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos judiciais. In: Schmidt, Benito Bisso. (Org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. 1ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2010, v. 1, p. 90-105.

_____. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. Resolução Nº 31, de 28 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano - A criminalidade em São Paulo, 1880-1924**. Editora Brasiliense, S. Paulo, 1984.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FUNDAÇÃO HISTÓRICA TAVERA. **Los archivos de América Latina**. Madri: Fundación MAPFRE TAVERA, 2000. 281 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidade na primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez.2007. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8239637-Gestao-de-documentos-uma-renovacaoepistemologica-no-universo-da-arquivologia.html>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

KARNAL, Leandro; TATCH, Flávia G. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p.9-27.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.115-137, 1994.

_____. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian A. **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especialidades**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002, p. 101-115.

PACHECO, Leila Maria Serafim. Informação enquanto artefato. **Informare**. Cadernos Prog. Pós-graduação, Ci. Inf., Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 20-24, jan./jun. 1995.

PAZ, Joseane Maria da; FREITAS NETA, A.; BORBA, Maria do Socorro de Azevedo; CARVALHO, Renata Passos Filgueira de. A responsabilidade dos arquivos nas tomadas de decisões. **Biblios - Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, v. 5, p. 84-95, 2004.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p.13.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?. **Educar em Revista**, n. 18, p. p. 13-28, dez. 2001. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32815>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

ROCHA, Solange P.; LIMA, Maria da Vitória B. Acervos Afro-digitais: memória e conexões entre extensão, ensino e pesquisa. In: V Seminário Internacional História e Historiografia. 2016, Recife. **Anais...** Disponível em: <<https://vsihh.wordpress.com>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 17, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>>. Acesso em 02 ago. 2016.

RUSSELL, Bertrand. **O Poder - uma nova análise social**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SANTOS, Cristian José Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, DF, 2005.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2012.

SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Enio Waldir da. O papel da extensão no cumprimento da função social da universidade. In: FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da (Org.). **O papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Unijuí, 2002.

SILVA, Francisco Sávio da; ALVES, Solenge Mouzinho.; PACHECO, Josilene Pereira. EAP 853: Digitalização de Fontes Criminais e Notariais dos Séculos XVIII e XIX na Paraíba In: XX Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia, 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <http://www.eneaq.com.br/2016/wp-content/uploads/2016/03/EAP-853-DIGITALIZA%C3%87%C3%83O-DE-FONTES-CRIMINAIS-E-NOTARIAIS-DOS-S%C3%89CULOS-XVIII-E-XIX-NA-PARA%C3%8DBA.pdf>. Acesso em 03 jun. 2017.

_____; SOUSA, Anicleide de; PACHECO, Josilene Pereira. Educação Patrimonial e Acervos Digitais: discutindo a preservação da história e da memória afro-brasileiras. In: PARRELA, Ivana Denise Parrela; KOYAMA, Adriana Carvalho (Org.). **Arquivo e educação: experiências e pesquisas brasileiras em diálogo**. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2016.

THIOLLENT, Michel; OLIVEIRA, Lídia Oliveira. Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação. In: 5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa. Porto. **Anais...** Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/978/954>. Acesso em 03 jun. 2017.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; FERREIRA, Elane Rodrigues da Silva. Os arquivos eclesiásticos e a arquivística brasileira: uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos brasileiros. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 07-28, jul. 2017. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/614>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

VIDIGAL, Gustavo. Uma aproximação fundamental. In: ROCHA Jr, Alberto Ferreira da. (Org.) **Extensão Universitária e Cultura**. São João Del Rei: Malta, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZEMAN, Jiri. O significado filosófico da noção de informação. In: ROYAUMONT, C. de (Org.). **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Colóquios filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1970, p.154-179.